



GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMACAO INICIAL EM PEDAGOGIA GENDER AND SEXUALITY IN THE INITIAL FORMATION OF PEDAGOGY

MOURA, Camila Batista Gama¹

CAVALCANTI, Tassia de Souza²

MOURA, Diego Luz³

Resumo

Neste artigo temos como objetivo analisar como alunos concluintes de um curso de licenciatura em Pedagogia avaliam o debate de gênero e sexualidade em sua formação inicial. Realizamos entrevistas estruturadas com concluintes e os resultados apontam que embora todos achem importante a discussão sobre gênero e sexualidade, há uma falta de uma intencionalidade do currículo em colocar em pauta tal tema, o que proporciona uma incompreensão da importância deste debate, além disso este tema relacionado apenas com os aspectos biológico em especial à educação sexual. É necessário que este tema seja inserido na formação de professores de modo que o debate da diversidade seja tratado sistematicamente de uma forma mais humana e menos dogmática.

Palavras chaves: Formação docente, Gênero, sexualidade, pedagogia, formação inicial.

Abstract

In this article we aim to analyze how graduating students of a degree in Pedagogy evaluate the debate of gender and sexuality in their initial formation. We conducted structured interviews with graduates and the results show that although everyone thinks the discussion about gender and sexuality is important, there is a lack of an intentionality of the curriculum to put this theme in question, which provides a misunderstanding of the importance of this debate, besides this related solely to biological aspects, in particular to sex education. It is necessary that this theme be inserted in the training of teachers so that the debate of diversity is treated systematically in a more humane and less dogmatic way.

1 Mestre em Educação (UPE). Docente da secretaria Municipal de Educação de Petrolina-PE. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4474-9673>. e-mail: camilabatista.g@gmail.com

2 Mestre em Psicologia (Univasf). Psicóloga do Instituto Federal do Sertão (IFSertão). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1973-4480>. e-mail: tassia.cavalcanti@gmail.com

3 Doutor em Educação Física (UGF). Docente da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6054-4542>. e-mail: lightdiego@yahoo.com.br



Key words: Teacher training, Gender, sexuality, pedagogy, initial training.

Introdução

O debate de gênero e sexualidade busca refletir sobre a necessária relação de igualdade entre homens e mulheres e a forma como estes exercem suas experiências afetivas e sexuais. Logo, este debate está presente na escola, pois esta instituição congrega um número expressivo de pessoas exercendo suas individualidades. Todavia, a escola mesmo sendo um lugar de conhecimento, muitas vezes produz o “ocultamento” em relação a discussão de gênero e sexualidade. Furlany (2007) aponta que a discussão da sexualidade na escola fascina e apavora, ao mesmo tempo, a muitos. A sexualidade viva, no contexto cultural, é cada vez mais assunto obrigatório na Escola, em todos os níveis de ensino.

Louro (2011) define gênero como um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em diferentes espaços sociais. A potencialidade do conceito talvez resida na noção de que se trata de uma construção cultural contínua, sempre inconclusa e relacional. Afirma que gênero e sexualidade são construídos culturalmente, pois aprendemos a ser do gênero feminino ou masculino, aprendemos a ser heterossexuais, homossexuais ou bissexuais, a expressar nossos desejos através de determinados comportamentos, gestos e em muitas instâncias – na família, na escola, através do cinema, da televisão, das revistas, da internet, através das pregações religiosas, da mídia ou ainda da medicina. Enfim, diferentes espaços e instâncias exercitam pedagogias culturais.

O debate de gênero e sexualidade teve um apoio inicial com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que trouxeram a pauta da orientação sexual como um tema transversal para ser trabalhado de forma sistemática na escola. Gesser et al (2012) afirmaram que os PCNs também apontaram o educador como um profissional que deve estar disponível para conversar sobre as questões referentes à sexualidade, de forma direta e esclarecedora. Afirmando que cabe ao educador problematizar e debater sobre os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, distanciando-se das opiniões e aspectos pessoais para empreender essa tarefa (BRASIL, 1997).

De acordo com Andres, Jager e Goellner (2015) os PCNs originaram novas perspectivas para os cursos de formação profissional, aptos a apoiar e a promover ações que problematizassem o entendimento sobre gênero e sexualidade, sustentando as pedagogias implementadas no projeto político-pedagógico das escolas em seus diferentes níveis de formação. Ao mesmo tempo, as instituições de formação docente foram requisitadas a debater esses temas na formação inicial, promovendo projetos de ensino, pesquisa e extensão, oportunizando diferentes vivências à comunidade acadêmica e



escolar. Rosistolato (2013) afirma que essa nova demanda proporcionou uma série de debates sobre a escola e as formas de intervenção, além de ter sido o passo inicial para a configuração de cursos de formação de professores para o trabalho com orientação sexual na escola.

A escola é um espaço onde se observa a emergência de conflitos em torno da visibilidade de grupos sociais que buscam afirmar suas formas de vida até então subjugadas. As escolas produzem significados a respeito da sexualidade tida como normal, assim como produzem exclusões. As identidades e diferenças como gênero e sexualidade são ativamente produzidas na escola. Ela produz e recria significados, assim o repertório cultural de alunos e professores adquire na dinâmica escolar novos significados (SILVA; SOARES, 2014).

As representações da sexualidade na juventude e os mitos que perpetuam determinados padrões sexuais resultam na impossibilidade da escola conviver com diferentes contextos culturais. Mulheres e homens vivem feminilidades e masculinidades de modos diversos, não se reconhecendo, ou não se representando, nas formas ditas hegemônicas (SILVA; SOARES, 2014)

Louro (2004) critica a naturalização da sexualidade e sublinha que há múltiplos modos de vivê-la. Afinal, as sexualidades estão sendo construídas ao longo da vida de cada sujeito. As inúmeras formas de vivenciar as sexualidades e as diferentes maneiras de produzir feminilidades e masculinidades imbricadas com raça/etnia, geração, religião, nacionalidade e classe indicam os múltiplos sujeitos que se constituem no contexto escolar. Tal cenário exige um ensino para os alunos e uma formação aos professores que promova a educação como um direito fundamental.

É neste sentido que a formação dos futuros professores deve receber atenção. Em especial, a figura o pedagogo que media processos educativos durante extensas horas com seus alunos. Desta forma, nosso objetivo é analisar como alunos concluintes de um curso de licenciatura em Pedagogia avaliam o debate de gênero e sexualidade em sua formação inicial.

Metodologia

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa, realizada através de uma entrevista semiestruturada. O roteiro da entrevista foi construído em discussões do grupo de estudo e posteriormente avaliado por dois doutores especialistas no tema.

Foi investigada uma turma de formandos do curso de licenciatura em Pedagogia de uma IES pública de Pernambuco. A turma em questão possuía 18 alunos regularmente matriculados com previsão de conclusão de curso naquele semestre letivo (2016). A



primeira autora se dirigiu à turma, explicou os objetivos da pesquisa e todos os procedimentos éticos e em seguida convidou os discentes para integrarem a pesquisa. Mas, apenas 12 alunos consentiram a participação.

As entrevistas ocorreram em locais, data e hora acordada anteriormente com os discentes e durou aproximadamente 40 minutos. A amostra delineada através da estratégia de saturação, que tem como objetivo encerrar o número de informantes assim que os dados se tornarem repetitivos (BECKER, 1997). Após cada entrevista, esta era transcrita e na sequência realizada uma leitura flutuante. Após o oitavo participante foi identificado que os dados já estavam repetidos, configurando uma saturação. Encerrando a amostra em um número total de oito discentes, sendo um homem e sete mulheres, concluintes de um curso de licenciatura em pedagogia de uma IES pública de Pernambuco. Ao final, as entrevistas foram transcritas e analisadas através de uma análise interpretativa.

Resultados

Após transcrição e análise dos resultados, foram construídas duas categorias de análise: A inserção do tema sexualidade e Formação docente para intervenção. Estas categorias foram construídas a posteriori a partir de uma leitura flutuante.

A inserção do tema sexualidade

Nesta categoria, os discentes apontam em seus relatos que acreditam na importância sobre o debate de sexualidade na escola.

"É importante pois os alunos já conversam sobre sexualidade fora da escola e se os professores inserirem o assunto durante as aulas, o conteúdo é passado de forma mais segura." (Informante 1).

"Acho muito importante, a escola poderia trazer palestrantes para discutir o assunto." (Informante 2).

"É importante, pois as crianças e adolescentes possuem muitas dúvidas que acabam esclarecendo com colegas, estes esclarecimentos podem ser um problema, porque nem sempre as orientações estão corretas. E o professor poderia ser o mediador dessas reflexões, poderia esclarecer as dúvidas de forma mais segura." (Informante 3).

"É importante discutir sexualidade, principalmente nas escolas públicas para se quebrar tabus. Quando o professor é preparado fica mais fácil fazer uma intervenção." (Informante 4).



Notemos que os relatos dos informantes são consensuais ao afirmar a importância e necessidade do debate sobre sexualidade na escola. Todavia, não podemos esquecer que este debate, embora desperte diversas polêmicas, está presente na pauta das discussões de eventos científicos, obras e ações políticas como um tema urgente e necessário para o ensino (LOURO, 2013).

O campo da educação vem elencando cada vez mais o tema da diversidade como um dos grandes desafios da educação contemporânea (LOURO, 2013). Logo, não era de se esperar uma postura contrária dos informantes. Contudo, suas falas revelam algumas representações que merecem reflexões.

Podemos perceber que todos os comentários delegam a uma figura de autoridade (no caso o professor ou palestrante) a legitimidade para se falar deste tema. Apenas o discente 3 referiu-se ao termo “mediador”, que remete mais diretamente à participação dos alunos. Não que nos outros casos essa participação não possa ocorrer, mas as narrativas sugerem situações em que o detentor do saber impulsionaria o debate a partir de suas próprias percepções, como se existissem definições estáveis e mesmo definitivas sobre o tema, que poderiam ser aplicadas de modo padronizado. Podemos pensar em que medida esta percepção também está presente nos estereótipos criados em torno dos próprios conteúdos de gênero como “doutrinários”, tal como pode ser percebido no atual debate sobre a escola sem partido. O debate de gênero e sexualidade deve provocar um olhar crítico sobre diversidade e a diferença, buscando promover a igualdade.

Neste sentido, Bortolini (2011) aponta que é fundamental se discutir a diversidade na escola, pois é necessário pensar em um debate que problematize todo o processo de heterossexualização compulsória e adequação às normas de gênero que a escola cultiva cotidianamente. Isso significaria romper com a perspectiva da heteronormatividade e repensar o gênero e a sexualidade na escola, não só pelo reconhecimento de determinados grupos, mas pelo quanto essas questões dizem respeito à comunidade escolar, a prática pedagógica e aos processos de constituição de cada sujeito.

Outra questão revelada no discurso dos discente se refere a uma maior demanda de debate deste tema nas escolas públicas. Poderíamos questionar: por que o ensino público teria maior demanda quando comparado com as escolas privadas? Que tabus em torno das questões de gênero diferenciariam as vivências de alunos e alunas de escolas públicas e das escolas privadas?

Nos relatos, observamos que os estudantes assinalam a importância de se pautar o debate de sexualidade na escola, ao mesmo tempo que revelam que este debate não estaria sendo tematizado, a não ser nas conversas entre os estudantes, sem qualquer intervenção ou orientação de um profissional da área, cabendo ao professor a responsabilidade de assumir essa posição.



Ainda que a temática seja abordada pelos professores em sala de aula, podemos perceber que as práticas educativas restringem a sexualidade à sua perspectiva biológica com uma discussão focada na anatomia e fisiologia do sistema reprodutor feminino e masculino, métodos contraceptivos e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (ALTMAN, 2013). De acordo com Altman (2013) quando a sexualidade é concebida através de uma perspectiva biológica de corpo, as práticas educativas têm dificuldades de contemplar a diversidade sexual. Desta forma, as relações sexuais acabam sendo pensadas por uma lógica reprodutora. Embora nossa sociedade esteja longe de restringir as relações sexuais a essa função reprodutiva, este enfoque evidencia uma abordagem limitada envolvendo afeto, prazer, erotismo, sensualidade, entre outros. Portanto, neste sentido, a diversidade sexual não é contemplada, pois a sexualidade é tida apenas segundo um enfoque heterossexual. As políticas públicas de combate à homofobia buscam romper a invisibilidade da diversidade sexual, bem como sua visibilidade restritamente negativa, como quando ela é somente mencionada ao se abordarem temas como DSTs e AIDS (ALTMAN, 2013).

Formação docente para intervenção

A outra categoria se refere a formação docente para a intervenção. Nesta categoria são apresentadas falas dos discentes sobre a necessidade de uma formação mais adequada para intervenção na escola.

Sobre a tematização do debate de sexualidade nas disciplinas, os discentes apontaram:

"Uma disciplina abordou o tema da sexualidade mas falou por alto citando alguns exemplos de casos trazidos pela mídia; foi mais uma conversa informal do que uma orientação em como agir pedagogicamente em ambientes escolares." (Informante 1)

"Os professores falam sobre sexualidade mas não abordam muito. Lembro que um professor propôs um trabalho, o foco não era sexualidade, mas um grupo ficou com o tema: doenças sexualmente transmissíveis." (Informante 2).

"Um professor tentou abordar, incluir dentro do assunto, mas sempre fica aquele *qui qui qui* dentro de sala de aula." (Informante 3)

"Com relação à sexualidade só me recordo da abordagem na disciplina de psicologia do desenvolvimento, que abordou a teoria de Freud, falou sobre o desenvolvimento e sobre libido." (Informante 4).



“Não teve disciplina voltada à esta questão. Mas durante as aulas sempre existiam debates sobre utilizar uma linguagem adequada a cada idade.” (Informante 5).

As falas dos discentes são unânimes no que diz respeito à superficialidade das abordagens com que o tema da sexualidade foi discutido durante a formação inicial. Os discentes relatam pouco ou nenhum debate sobre a temática, bem como, sobre a sistematização desse conteúdo na formação. Além disso, podemos perceber que, nessas abordagens aparece restrita à dimensão biológica, conforme discutimos na categoria anterior. O relato dos discentes apontam a falta do reconhecimento institucional, pois os debates sobre o tema da sexualidade quando surgem nas disciplinas, parecem mais uma iniciativa pessoal do que um elemento importante no projeto formativo da instituição.

Podemos perceber que a temática da sexualidade é um tabu entre os próprios formandos, pois quando este aparece, sempre surge uma determinada controvérsia ou um “qui qui qui” como se refere o informante. De fato, o tema da sexualidade na educação tem despertado uma série de polêmicas não apenas entre professores e a comunidade escolar, mas também tem sido alvo de críticas de outros setores da sociedade. Parte desta polêmica está vinculada ao debate sobre a “ideologia de gênero”, que tem sido utilizado como bandeira para discussões dos setores religiosos e mais conservadores da sociedade. Sob esta égide, seus seguidores pregam, de um modo mais geral, o determinismo biológico e inviabilizam a escolhas de outras orientações sexuais que não sejam a heterossexual. Todavia, o debate de gênero e sexualidade no campo da educação deve possibilitar a reflexão sobre as construções dos papéis de gênero e a possibilidade e o direito de “ser o que se é”. Portanto, é fundamental que todo processo de formação inicial e continuada discuta gênero e sexualidade para que os professores tenham acesso a um debate mais crítico e humano.

César (2009) aponta que pesquisas realizadas com professoras/es e alunas/os vêm demonstrando a necessidade de uma formação específica sobre gênero e sexualidade, tendo a notória diversidade sexual presente no universo escolar. Todavia, a partir dos relatos dos discentes pudemos observar que tais temáticas não estão presentes no currículo e é neste sentido que os informantes apontam não se sentirem seguros para mediar este debate na escola. E assinalam a necessidade que a formação inicial insira de modo mais específico tais temas:

“É interessante que o professor tenha um preparo durante sua formação para nortear a sua ação na prática docente” (Informante 2).



"[...] existe uma carência de orientação na graduação, sobre como o professor pode abordar, falar, discutir, planejar uma aula sobre estes temas. Os temas transversais poderiam ser abordados de forma mais específica e aprofundada para um melhor direcionamento da prática do futuro professor." (Informante 4).

A solicitação dos alunos marca de forma clara a necessidade de debate sobre estes temas nos currículos da formação inicial. Podemos perceber que é necessário pautar esse debate de forma urgente nas universidades, pois o silenciamento não possibilita o tratamento pedagógico do gênero e da sexualidade. De acordo com Altman (2013) o tema da diversidade sexual e de gênero deve ser incluído no currículo de formação, para que novos/as professores/as possam desenvolver futuramente estratégias de resistência ao currículo heteronormativo.

Todavia, os discursos dos informantes ainda relacionam o debate da sexualidade com a disciplina de educação sexual e suas relações com o ato sexual, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis e etc. Vejamos:

"Um ponto positivo de se trabalhar sexualidade na escola seria a possibilidade de preparar o aluno para adolescência e vida adulta, para que ele tenha consciência que a sexualidade deve ser pensada de forma competente e responsável. Propor uma reflexão sobre o início da prática sexual, pois sexo sem responsabilidade pode trazer consequências para toda uma vida. Outro ponto, é a reflexão a respeito da gravidez precoce, que pode acarretar alguns prejuízos para a vida escolar, já que ainda criança teria que cuidar de outra criança. A escola pode ser chave fundamental na redução da gestação indesejada e doenças sexualmente transmissíveis." (Informante 1).

"O ponto positivo seria a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, orientação quanto a métodos contraceptivos que reduziria o índice de gravidez indesejada." (Informante 2).

"Seria interessante a escola intervir em assuntos como gestação precoce e doenças sexualmente transmissíveis; um meio para consolidar a ação seria uma parceria, um projeto junto ao postinho de saúde do bairro. Se o professor não for capacitado a trabalhar com tema, ao invés de ser um fator positivo, pode ser negativo, visto que ele pode transmitir opiniões pessoais preconceituosas." (Informante 5).

"Prevenção de gravidez precoce e doenças sexualmente transmissíveis. Outro ponto seria conhecer melhor o próprio corpo humano." (Informante 3).



Podemos perceber um entendimento sobre sexualidade estreitamente relacionado com a educação sexual, o que demonstra uma falta de entendimento sobre o debate de sexualidade. As falas dos discentes reforçam a necessidade do currículo discutir tais temas, pois esta gera posicionamentos dos professores a partir de condicionantes de outros espaços sociais, que muitas vezes são afetados por valores religiosos que se sobrepõe a uma conduta pedagógica. Vejamos algumas falas:

"No contexto científico não vejo anormalidade mas no contexto religioso, claro que isso é anormal. Deus condena! [...] pois a bíblia é a palavra de Deus transcrita, a sociedade hoje aceita porque têm se distanciado das leis e mandamentos de Deus. Para o aluno eu responderia dessa forma". (Informante 1).

"Apesar de existir homossexuais, falando mais popularmente, sapatão, o professor precisa mostrar que são pessoas normais, como qualquer outra. No caso do aluno que pergunta se pode, o melhor é explicar que o corpo dele vai se desenvolver e futuramente ele poderá escolher se prefere homem ou mulher." (Informante 2).

"É delicado, não se pode dizer é que contra, pois se o professor aceita ou não é uma opinião pessoal. Não se deve dizer o que é certo e errado. Na verdade eu não estou preparada para responder a este tipo de pergunta, esta é a realidade". (Informante 3).

"Sou sincera a dizer que seria uma situação muito constrangedora, quando se trata de sexualidade a gente mexe muitos com as culturas e valores das pessoas. O que para mim é errado, para o pai ou mãe do aluno pode ser correto". Neste caso recorrer à coordenação pedagógica seria uma saída, o que não se pode e deixar o aluno sem resposta e ou responder de forma que não o deixe satisfeito. Tendo cuidado para não confrontar com os valores morais do aluno. Acredito que poucos professores estão preparados para lidar com este tipo de assunto, de pergunta". (Informante 4).

"Nossa! Eu sou evangélica. Mas mostraria duas bases: O que a bíblia diz e o que o mundo oferece. Mas passaria a questão para família, ela que constituem o meio no qual o aluno está inserido, seria a melhor base para responder esta questão. (Informante 5).

Os discursos científicos e religiosos concorrem para dar sentido às vivências afetivas e sexuais. Embora, uma das alunas admita que haveria pelo menos duas interpretações possíveis (do mundo e de Deus), ainda recorre ao discurso hegemônico do tema. Notemos como o paradigma religioso é uma das influências que os docentes recorrem para se pensar as intervenções na escola. De fato, a sexualidade ou o sexo são duas temáticas de



tabus sociais suficientemente poderosas para constituir inúmeras metáforas moralistas e conservadoras (FURLANY, 2007).

Knoblauch (2017) entrevistou 5 alunas do curso de pedagogia que possuíam vivências religiosas e observou-se que a trajetória anterior ao curso tem forte peso. Além disso, o conteúdo religioso possui peso e seleciona aprendizagens consideradas apropriadas ou não, possibilitando a constituição de um conjunto de dispositivos, ora seculares, ora religiosas, que orientará futuros professores em sala de aula na condução do trabalho com seus alunos e alunas.

Gesser et al (2012) aponta que quando se trata de discutir como deve ser o processo de formação de professores para atuar com a temática da sexualidade no âmbito escolar, não se pode esquecer que os professores se constituíram sujeitos num contexto marcado pela hegemonia de concepções biomédicas ou morais e religiosas acerca de gênero e sexualidade.

Tardif (2012) aponta que a história de vida dos docentes e as convicções pessoais exercem mais influência do que a formação inicial para balizar os posicionamentos dos professores. Knoblauch (2017) no mesmo sentido reforça que as estudantes chegam a tais cursos com uma trajetória que conduz a aprendizados, selecionando alguns e valorizando outros. Nesse sentido, é urgente que discutam como o tema gênero vem sendo discutido na formação inicial do curso de pedagogia.

Apesar das discussões e avanços na compreensão desses temas, muitas dúvidas e dificuldades ainda persistem no que diz respeito à forma como esta temática deva ser abordada pelos professores. Talvez uma das dificuldades resida no fato de que a "naturalidade" da sexualidade e do gênero seja algo quase inquestionável. Ambos são ainda considerados, inclusive no âmbito escolar, atributos dados, essenciais a uma suposta natureza humana (SILVA; SOARES, 2014).

César (2009) afirma que a escola no início dos anos 1990 foi tomada como um lugar fundamental para a propagação de informações sobre o "sexo seguro"; o contágio do HIV/AIDS e outras DSTs; e "gravidez na adolescência". E foi a partir desse momento, que o discurso da sexualidade nas escolas brasileiras foi definitivamente colonizado pela ideia de saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência. O que permanece é a ideia de controle da sexualidade, pois os jovens são considerados indivíduos com o desejo sexual em evidência, mas imaturos. Tal posição tem efeitos traduzidos numa desesperança e pânico com as novas gerações e a educação escolar (SILVA; SOARES, 2014).

Gesser et al (2012) propõe uma formação de professores que rompa com a cisão entre razão e emoção, pautada na racionalidade instrumental, e que abranja as dimensões do pensar, sentir e agir. Acredita-se que uma formação deve oferecer subsídios para que



os educadores não apenas se instrumentalizem cognitivamente, mas também recriem o modo como lidam com sua sexualidade. O professor deve receber uma formação para desenvolver estratégias de educação sexual e pautar suas intervenções com base nas realidades dos jovens. Para tanto, o desenvolvimento de uma escuta ativa, livre dos preconceitos comumente associados à adolescência e juventude, e capaz de encará-los como sujeitos com direitos sexuais e reprodutivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos analisar como alunas/os concluintes de um curso de licenciatura em Pedagogia avaliam o debate de gênero e sexualidade em sua formação inicial. A partir das entrevistas pudemos observar que embora todos achem importante a discussão sobre gênero e sexualidade, este tema ainda não é debatido de modo sistemático.

A falta de uma intencionalidade do currículo em colocar em pauta tal tema proporciona uma incompreensão da importância deste debate, sendo relacionado apenas com os aspectos biológico em especial à educação sexual, orientada por modelos normativos de heterossexualidade e combate as DSTs, gravidez precoce e etc.

As discussões sobre gênero e sexualidade surgem apenas por iniciativa de algum professor, quando este resolve trazer um debate específico para as aulas. É necessário que este tema seja inserido na formação inicial e continuada de professores de modo que o debate da diversidade seja tratado sistematicamente de uma forma mais humana e menos dogmática.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, n. 13, 2013.

ANDRES, Suelen de Souza; JAEGER, Angelita Alice; GOELLNER, Silvana Vilodre. Educar para a diversidade: gênero e sexualidade segundo a percepção de estudantes e supervisoras do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (UFSM). *Revista da educação física/UEM*. Maringá. Vol. 26, n. 2 (abr./jun. 2015), p. 167-179, 2015.

AQUINO DA SILVA, Rosimeri; SOARES, Rosângela. Sexualidade e identidade no espaço escolar: notas de uma atividade em um curso de educação a distância. *Educar em Revista*, n. 1, 2014.

BECKER, S. H. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1997.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2021.45793

BORTOLINI, Alexandre. Diversidade sexual e de gênero na escola. Revista Espaço Acadêmico, v. 11, n. 123, p. 27-37, 2011.

BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais; NACIONAIS, Parâmetros Curriculares. Orientação Sexual. MEC, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia". Educar em revista, n. 35, 2009.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. Educação em revista, v. 46, p. 269-285, 2007.

GESSER, Marivete et al. Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. Psicologia escolar e educacional, v. 16, n. 2, 2012.

KNOBLAUCH, Adriane. Religião, formação docente e socialização de gênero. Educação e Pesquisa, v. 43, n. 3, p. 899-914, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. Formação Docente, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, Sexualidade e Educação. Uma Perspectiva Pós-estruturalista. 11. ed, Petrópolis: Vozes, 2013.

ROSISTOLATO, Rodrigo. "Você sabe como é, eles não estão acostumados com antropólogos!": uma análise etnográfica da formação de professores. Pro-Posições, v. 24, n. 2, p. 41-54, 2013.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2012.

Recebido em 06 de outubro de 2019

Aceito em 01 de dezembro de 2020



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) está disponibilizada sob uma Licença [Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento *Creative Commons* adotado pela revista.